

COMISSÃO DE CULTURA

REQUERIMENTO Nº , DE 2019

(Dos Srs. MARCELO CALERO e GASTÃO VIEIRA)

Requer a realização de seminário para analisar e discutir a atual situação do patrimônio cultural brasileiro e sua importância para o desenvolvimento sustentável do país.

Senhora Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no art. 255, a realização de seminário para analisar e discutir a atual situação do patrimônio cultural brasileiro e sua importância para o desenvolvimento sustentável do país. Tendo como tema central **PATRIMÔNIO CULTURAL E SUSTENTABILIDADE: DESAFIOS E PERSPECTIVAS**, pretendemos indicar os seguintes nomes que comporão as atividades previstas no referido seminário, a ser realizado no segundo semestre, no âmbito desta Comissão de Cultura (CCULT), em parceria com as Comissões de Desenvolvimento Urbano (CDU) e de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) desta Casa Legislativa.

A título de sugestão, indicamos alguns nomes de estudiosos, técnicos e especialistas na área, de renome nacional e internacional, que, certamente, darão uma efetiva contribuição para o desenvolvimento de políticas públicas de preservação de nosso patrimônio histórico:

Seminário PATRIMÔNIO CULTURAL E SUSTENTABILIDADE: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Mesa-Redonda (1) - A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO: BALANÇO E PERSPECTIVAS

- 1) Conferencista: **Dr. Leonardo Barci Castriota**, arquiteto, professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e atual Presidente do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS-BRASIL). É membro do Conselho Consultivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).
- 2) Conferencista: **Kátia Bogéa**, Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), graduada em História pela Universidade Federal do Maranhão (1984) e especialista em historiografia Brasileira e Regional pela Universidade de São Paulo (1988). Ocupou o cargo de Superintendente do Iphan no Maranhão no período de 2003 a 2015. Durante sua gestão, juntamente com a equipe técnica da instituição, articulou o PAC Cidades Históricas junto à Prefeitura de São Luís.

Mesa-Redonda (2): PATRIMÔNIO CULTURAL E DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL: UM DIÁLOGO POSSÍVEL.

- 1) **Srª Ege Yildirim**: PhD em planejamento urbano, especialista em preservação histórica/conservação do Patrimônio Cultural. Tem origem na Turquia, com ampla experiência internacional e exerce, atualmente, a função de *Focal Point* do ICOMOS internacional para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU. CONTATO: Página na internet: www.aegeyildirim.com; E-mail: ege.yildirim@icomos.org;
- 2) **Prof. Silvio Zancheti**: arquiteto e professor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e professor-visitante da Universidade Mackenzie-

SP. Realizou estudos avançados em Conservação Integrada e dirigiu projetos de restauração do Convento de São Francisco, em Olinda-PE e do Plano de Reabilitação Urbana do Centro Histórico do Recife-PE;

- 3) **Prof. Flávio de Lemos Carsalade:** arquiteto e urbanista, foi presidente do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (1999-2002) e Secretário Municipal da Administração Urbana Regional Pampulha da Prefeitura de Belo Horizonte (2004-2007). É professor da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), dedicando-se ao planejamento e projetos de edificação, urbanismo e patrimônio cultural;
- 4) **Prof. Everaldo Costa (UnB):** geógrafo com doutorado na área de preservação do patrimônio histórico pela Universidade de São Paulo (USP). Atualmente, é professor do Departamento de Geografia da Universidade de Brasília (UnB) e professor-visitante do Instituto de Geografia da Universidade Autônoma do México (UNAM), onde realiza estudos sobre a paisagem e o patrimônio cultural da América Latina e Caribe.
- 5) **Washington Fajardo:** Graduado Arquiteto e Urbanista em 1997 pela Faculdade de Arquitetura e UFRJ. De 2009 a 2016, foi Presidente do Conselho Municipal de Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro. É autor do projeto arquitetônico da Arena Carioca da Pavuna e criou o edital Pro-APAC reconhecido em 2014 com o Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade (IPHAN). Desde 2015, é conselheiro no Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro – CAU-RJ.

Mesa-Redonda (3): **PATRIMÔNIO CULTURAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: EXPERIÊNCIAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS.**

- 1) **Sr. Toshiyuki Kono:** Originário de Osaka-Japão, Kono se formou na Faculdade de Direito da Universidade de Kyoto, onde cursou também sua pós-graduação. Desde 1997 é membro do ICOMOS, tendo se

destacado no estudo de leis que protegem os tesouros culturais. Esteve também envolvido na elaboração da Convenção da UNESCO para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial e tornou-se membro do conselho do ICOMOS em 2011, vice-presidente em 2014 e, atualmente, é o Presidente desse organismo internacional, desde 2017. CONTATO: E-mail: toshiyuki.kono@icomos.org;

- 2) **Srª Luciane Gorgulho:** economista, com mestrado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), chefe do Departamento de Economia da Cultura do BNDES e responsável pelo programa de apoio ao patrimônio cultural brasileiro, bem como pelo desenvolvimento de novos modelos de sustentabilidade financeira de instituições culturais e museus;
- 3) **Profª Márcia Sant'Anna:** professora da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (UFBA), onde obteve seu título de doutorado. É também professora colaboradora do Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural, realizado pelo IPHAN e membro titular do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. Dedica-se também a estudos sobre arquitetura popular e patrimônio imaterial;
- 4) **Pesquisador convidado da Fundação Getúlio Vargas (FGV):** Indicação do Deputado Gastão Vieira.
- 5) **Robson Antônio de Almeida (IPHAN):** Arquiteto e urbanista pela Universidade de Santa Catarina (2001), é Diretor do Departamento de Projetos Especiais do IPHAN desde 2018. Trabalhou como arquiteto (2001-2003) e chefe da divisão técnica da Superintendência do Iphan em Santa Catarina (2003-2005), foi Coordenador Nacional Adjunto do Programa Monumenta/IPHAN (2006–2012), Coordenador Nacional do PAC Cidades Históricas/IPHAN (2011–2013) e Diretor do PAC Cidades Históricas/IPHAN (2013-2018).

JUSTIFICAÇÃO

Nos últimos anos, a questão relativa à preservação do Patrimônio Cultural adquiriu uma dimensão importante nos centros urbanos, sobretudo no que se refere à revitalização de sítios históricos. No entanto, a política de preservação patrimonial não se encerra em ações pontuais como o tombamento e a restauração dos bens imóveis. Na realidade, o que se constata, muitas vezes, é que um determinado bem passa por um processo de patrimonialização, mas que, por falta de recursos para sua conservação, ele acaba por deteriorar-se com o passar dos anos, exigindo, portanto, um novo processo de restauração.

Entendemos que é preciso dotar esses bens culturais tombados de uma nova função social que os torne autossustentáveis, mediante novas políticas e linhas de financiamento, a fim de que os mesmos continuem a ser usufruídos pelas atuais e futuras gerações de brasileiros.

Hoje não há quem possa negar que a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional, presente nas cidades históricas, nos sítios arqueológicos, nos edifícios e monumentos tombados deve dialogar com a política mais ampla do planejamento urbano e do meio ambiente, visando ao pleno desenvolvimento sustentável da sociedade.

Ao longo de sua história, o Brasil constituiu um inegável, rico e multifacetado Patrimônio Cultural, fruto de sua formação histórico-social. Por força de nossa diversidade cultural, parte desse acervo de bens culturais é reconhecido internacionalmente e foi declarado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) como Patrimônio Cultural da Humanidade. O Brasil possui, até a presente data, 21 (vinte e um) bens materiais declarados Patrimônio Cultural da Humanidade e 5 (cinco) bens imateriais incluídos na Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade, pela UNESCO.

Partindo dessas premissas e por ser atribuição regimental desta Comissão de Cultura (art. 32, inciso XXI, “a” do RICD), vimos, por meio

desse expediente, solicitar a realização de um seminário para discutirmos e analisarmos o estado da arte do patrimônio histórico e artístico nacional e propor alternativas para sua efetiva preservação.

Temos plena convicção que a construção de um país moderno que todos almejamos só se faz com a devida proteção e valorização de seus bens históricos sem o que não se cria um sentimento de pertencimento entre os brasileiros, nem se fortalece nossa identidade cultural.

Sala das Sessões, em de maio de 2019.

Deputado **MARCELO CALERO**

Deputado **GASTÃO VIEIRA**